

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 1654

Data: 01.04.90 Pg.: \_\_\_\_\_

# Malária ameaça sobrevivência yanomami

Antônio Cunha

Zenaide Azeredo

"Se não for feito, de imediato, um inquérito sanitário no território Yanomami, em Roraima, onde 100 quilômetros de faixa ao longo dos rios foram afetados pela garimpagem, qualquer condição de sobrevivência humana na região ficará prejudicada". O alerta foi feito pelo coordenador, pela Funai, da Operação de retirada dos garimpeiros, Nilson Campos Moreira. Ele constatou no local um aumento gradativo da malária, devido à proliferação dos mosquitos nas águas paradas dos rios desviados pelos garimpeiros.

Vítima ele próprio da doença, que o atacou enquanto comandava a Operação Yanomami, de janeiro a março, Nilson Moreira, disse ao *Jornal de Brasília* que a situação é tão grave que está expulsando os índios de suas malocas. Na localidade onde funcionava o garimpo Baiano-Formiga, no Surucucu, o servidor da Funai verificou que 150 índios de cinco malocas já estavam contaminados.

Para comprovar sua preocupação, ele revelou que de quatro índios atendidos em janeiro, com a malária, esse número já tinha subido para 70, agora em março, na base de atendimento fixada em Jeremias. Além dele, outros 10 dos 19 integrantes da operação de retirada dos garimpeiros, pertencentes à Funai e Polícia Federal, também foram internados com a doença. "É uma questão básica de saúde pública, e o problema é tão grave que não pode esperar por qualquer acomodação administrativa", disse o funcionário, referindo-se à situação indefinida atualmente vivida pela Funai.

Ele já solicitou a execução na região de um "inquérito de saúde", em documentos encaminhados ao Ministério da Saúde e ao governo de Roraima, mas admite que até o



Após serem atingidos por garimpeiros, os yanomami são atacados pelo transmissor da malária

momento não recebeu resposta. "O inquérito" solicitado por Nilson Moreira consiste na drenagem das cavas de garimpo, onde as águas paradas propiciam o desenvolvimento e a proliferação dos mosquitos. Além disso e da ação curativa nos postos de saúde, ele defendeu a participação da Sucam (ou do órgão em que se transformou) de uma operação rígida de eliminação do transmissor da malária.

O representante da Sucam que acompanhava a operação em Surucucu, segundo Nilson Moreira, foi antontem encaminhado para Boa Vista, com malária. Assim, diante desse quadro que julga caótico e que exige providências urgentes, a seu ver, nada adiantará o êxito da operação de retirada de 19 mil ga-

rimpeiros do Surucucu, se a vida dos índios continua ameaçada.

### Medidas preventivas

É a primeira vez que a Funai assume oficialmente a gravidade da situação do garimpo nas terras Yanomami e, apesar do presidente interino, coronel Airtom Alcântara, minimizar os efeitos catastróficos da doença, no momento, ele admitiu a existência de um crescimento incontrolável da malária falciparum, considerada maligna. A Funai constatou, também segundo o coronel, a resistência da doença aos medicamentos existentes, razão pela qual o coronel defendeu o afastamento compulsório da garimpagem das terras indígenas.

Juntamente com a Polícia Federal e o Exército, a Funai já come-

çou a estudar quais pistas de pouso serão destruídas não com bombardeamento aéreo mais com dinamite, segundo informou o coronel Alcântara. Isto para evitar qualquer consequência para os índios. Ao lado dessas ações imediatas visando a impedir a volta do garimpeiro à região, o coronel citou ainda o Plano Collor como o grande aliado da Funai na operação de conservação do território Yanomami fora do alcance da cobiça dos caçadores de ouro. Com a baixa do ouro no mercado, observou-se que muitos garimpeiros estão deixando a região.

O coordenador da operação, Nilson Moreira, acha, no entanto, que, além dos garimpeiros que estão embrenhados na mata, outros poderão voltar.

## Desemprego preocupa funcionários da Funai

No limbo administrativo desde 16 de março, quando foi transferida para a órbita do Ministério da Justiça, a Funai — Fundação Nacional do Índio — vive dias de insegurança não só pela existência, ali, de dois mil funcionários sem estabilidade, como também pela anunciada venda de seus sete aviões — único meio de transporte viável para se chegar as aldeias mais distantes.

Mas os problemas da fundação não param aí. Começando com a falta de um presidente nomeado pelo atual governo, a Funai enfrenta ainda uma situação constrangedora de não posicionar-se entre as prioridades do Ministério da Justiça, às voltas, no momento atual, com as articulações políticas que antecedem a votação do pacote econômico do Congresso Nacional. O

presidente interino do órgão, coronel Airtom Alcântara, puxado da superintendência-geral para a presidência do órgão, já se apresentou ao ministro Bernardo Cabral e aguarda orientação, mas não esconde que preferiria ver a Funai ligada à Secretaria do Meio Ambiente, onde "a afinidade é maior", segundo constatou.

### Questões ligadas

Na realidade, a transferência da Funai para a Sema foi levantada pelo seu secretário, José Lutzenberger e com ela concorda o presidente-interino, para quem a defesa do meio ambiente e a atenção com o índio brasileiro são questões intimamente ligadas. "Precisamos do meio ambiente, pois existe uma correlação muito grande entre os dois assuntos, bastando para isso ver o estado em que os ga-

rimpeiros de Roraima deixaram a região do Surucucu, totalmente depredada", observou o coronel Alcântara ao *Jornal de Brasília*.

Ele não esconde ser contrário à presença garimpeira em território yanomami e pretende, também, lutar contra a criação de zonas de garimpo em Uraricoera e Catrimane, decididas pelo ex-ministro da Justiça, Saulo Ramos, no apagar das luzes do governo Sarney.

Nada, porém, neste momento, pode ser feito, pois, às voltas com seus problemas administrativos, sobretudo relacionados com o engajamento da máquina, a Funai aguarda decisões superiores sobre seu destino e atividades.

### Muitos burocratas

O coronel concorda que existe um número excessivo de burocratas dentro do órgão, em oposição ao

reduzido efetivo de médicos — 40 para atender 352 postos indígenas — mas já se reuniu com o pessoal da casa na tentativa de acalmá-lo devido à grande preocupação com as anunciadas demissões.

Na verdade, além dos dois mil funcionários sem estabilidade, outros dois mil 600 gravitam pela sede, em Brasília, e pelas superintendências regionais, 40 administrações regionais e 352 postos indígenas espalhados pelo País. "Temos muitos burocratas e eu trocaria, sem qualquer dúvida, mil funcionários de escritório por 200 especialistas nas áreas de saúde e ensino", admitiu o coronel Alcântara, revelando que, somente em março, a folha de pagamento do órgão consumiu uma verba de Cr\$ 300 milhões.